



**EIXO TEMÁTICO:**

- |   |  |  |
|---|--|--|
| <input type="checkbox"/> Ambiente e Sustentabilidade      | <input checked="" type="checkbox"/> Crítica, Documentação e Reflexão | <input type="checkbox"/> Espaço Público e Cidadania          |
| <input type="checkbox"/> Habitação e Direito à Cidade     | <input type="checkbox"/> Infraestrutura e Mobilidade                 | <input type="checkbox"/> Novos processos e novas tecnologias |
| <input type="checkbox"/> Patrimônio, Cultura e Identidade |  |  |

**Periodismo e (Não) Preservação:  
as relações entre imprensa seriada, leitores e a demolição do  
Palácio Monroe na década de 1970**

*Journalism and (No) Preservation: the relationship between serial press, readers and the demolition of the Monroe Palace in the 1970s*

*Periodismo y (n) Conservación: la relación entre la prensa de serie, los lectores y la demolición del Palacio Monroe en la década de 1970*

ATIQUÉ, Fernando (1);

(1) Arquiteto e Urbanista. Doutor. Professor Adjunto, nível III, Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de História, Área de História, Espaço e Patrimônio Edificado; e-mail: Fernando.atique@unifesp.br

## **Periodismo e (Não) Preservação: as relações entre imprensa seriada, leitores e a demolição do Palácio Monroe na década de 1970**

*Journalism and (No) Preservation: the relationship between serial press, readers and the demolition of the Monroe Palace in the 1970s*

*Periodismo y (n) Conservación: la relación entre la prensa de serie, los lectores y la demolición del Palacio Monroe en la década de 1970*

**RESUMO:** A superação da decretação de valores “arquitetônicos, estéticos, históricos” como ferramental discursivo *sine qua non* do campo patrimonial tem deflagrado, nos últimos anos, uma reflexão acerca da pertinência de se verificar a análise que encerra o “circuito social” atrelado a uma obra (idealização, produção, construção, circulação e recepção). Em tela, tem-se o Palácio Monroe, obra de arquitetura erigida pelo governo brasileiro em 1904, nos EUA, remontada no Brasil, em 1906, e demolida em 1976. Este artigo procura mostrar como seu processo de demolição, originado, paradoxalmente, numa atitude de tombamento pelo IPHAN, mobilizou a sociedade carioca de então. Para tanto, fontes diversas, sobretudo de jornais, ajudam a compor a argumentação de que embora demolida, a obra estava atrelada à história e à memória do Rio de Janeiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Palácio Monroe, Demolição, IPHAN, Rio de Janeiro.*

**ABSTRACT** Overcoming the adjudication of "architectural, aesthetic, historical" values as a discursive tool *sine qua non* of the heritage field has triggered in recent years, a reflection on the relevance of studying the analysis terminating the "social circuitry" tied to a work (idea-tion, production, construction, circulation and reception). In screen-has the Monroe Palace, piece of architecture erected by the Brazilian government in 1904, in the USA, reassembled in Brazil in 1906 and demolished in 1976. This article seeks to show how the process of demolition, originated, paradoxically, in an attitude by IPHAN intend its preservation, mobilized Rio's society then. To this objective, various sources, mainly newspapers, help make the argument that although demolished, the work was linked to the history and memory of Rio de Janeiro.

**KEY-WORDS:** *Monroe Palace, Demolition, IPHAN, Rio de Janeiro.*

**RESUMEN:** *La superación de la adjudicación de valores "arquitectónico, estético, histórico" como una herramienta discursiva sine qua non del campo activo ha disparado en los últimos años, una reflexión sobre la importancia de estudiar el análisis da por concluida la "circuitos sociales" atado a un trabajo (ideación, producción, construcción, circulación y recepción). En pantalla tiene el Palacio Monroe, pieza de la arquitectura erigida por el gobierno brasileño en 1904, en los EE.UU., remontado en Brasil en 1906 y demolido en 1976. Este artículo pretende mostrar cómo el proceso de demolición, se originó, paradójicamente, un actitud del IPHAN, intentando su preservación. Esta demolición movilizó a la sociedad de Rio de Janeiro, entonces. Con este fin, varias fuentes, principalmente periódicos, ayudan a que el argumento de que aunque demolido, el Palacio estaba relacionado con la historia y la memoria de Río de Janeiro.*

**PALABRAS-CLAVE:** *Palácio Monroe, Demolição, IPHAN, Rio de Janeiro.*

**Periodismo e (Não) Preservação:  
as relações entre imprensa seriada, leitores e a demolição do  
Palácio Monroe na década de 1970**

**Prolegomena**

De que maneira é possível uma história da não preservação? Esse questionamento é, sem dúvida alguma, de caráter metodológico, pois impõe ao historiador urbano e da arquitetura o desenvolvimento de um aporte teórico que garanta a aproximação a artefatos e espaços desaparecidos. Dessa maneira, torna-se importante refletir que a discussão acerca do desaparecimento é, em si, quase que uma metáfora do fazer histórico, pois, assim como lembrar tem seu avesso no esquecer, o edificar encontra antítese no demolir. Embora esses pares pareçam neutros, desvinculados de tensões, o simples fato de se oporem traz, implicitamente, conflitos que permitem ao historiador questionamentos, como: “a que se deve uma construção?”; “quem a projetou?”; “quem idealizou sua demolição?”; “quem executou a demolição?”; “como reagiram os ocupantes à demolição?”. Essa lista de perguntas já permite perceber que as edificações são, por essência, obra coletiva, que se inserem naquilo que diversos autores chamam de “produção social do espaço”, atitude processual e plurissêmica (SANTOS, 1992; MONIER, 2006).

A superação da decretação de valores “arquitetônicos, estéticos, históricos” como ferramental discursivo *sine qua non* do campo patrimonial tem deflagrado, nos últimos anos, uma reflexão acerca da pertinência de se verificar a análise que encerra o “circuito social” atrelado a uma obra (idealização, produção, construção, circulação e recepção). Essa baliza permite propor a discussão focada sobre a compreensão do papel da imprensa e do periodismo na “constituição/instituição “dos modos de viver e pensar” urbanos e contribui metodologicamente com os estudos patrimoniais (CRUZ, 2000). Em tela, tem-se o Palácio Monroe, obra de arquitetura erigida pelo governo brasileiro em 1904, nos EUA, como pavilhão do país na Feira Internacional de Saint Louis. Projetado pelo engenheiro militar Souza Aguiar, o edifício foi desmontado após a feira norte-americana, e remontado no Rio de Janeiro. Reinaugurado, o Monroe teve uma longa e variada presença no cenário carioca, servindo como sede da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, até 1960, e como sede avançada do colegiado de senadores até 1976.

Curiosamente, na década de 1970 o estopim da campanha pró-demolição do Palácio Monroe foi um documento que, paradoxalmente, requisitava sua preservação oficial. Redigido em 1972, por Paulo Santos, Conselheiro do IPHAN, o documento, parecer-parte do Processo 860-T-72, intentava tombar o conjunto arquitetônico remanescente da abertura da Avenida Central. A demanda havia partido, no mesmo ano, do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro em conjunto com o Instituto de Arquitetos do Brasil, seção Guanabara. Paulo Santos discorria, então, nitidamente imbuído dos preceitos da Carta de Veneza, de 1964, sobre a necessidade de tombamento de conjuntos-testemunho de diversas épocas na Cinelândia, no Rio.

O parecer surtiu efeito para além do esperado e, sobretudo, dentro do próprio IPHAN. Lúcio Costa, aposentado da Divisão de Estudos e Tombamento do órgão pouco tempo antes, dirigiu-se ao Conselho Consultivo rebatendo as considerações de seu colega, Paulo Santos. Costa, em texto nomeado de “Problema Mal Posto”, tergiversou contra a ideia de tombarem diversas obras arroladas, mas deteve-se com grande fôlego no combate à inclusão do Palácio Monroe nessa lista. A ideia de que o Monroe deveria desaparecer em prol do “desafogo urbano”, expressão tão vaga quanto sedutora, tomou a imprensa, em especial as páginas do jornal *O Glo-*

bo. A alegação de que os cinco mil metros quadrados ocupados pelo Monroe em meio a uma praça seria um ganho real de qualidade urbanística para a cidade do Rio de Janeiro, lançada pelo jornal, foi repetidamente trazida pela imprensa e foi atraindo opiniões de políticos, administradores e do grande público que, curiosamente, se viu envolvido em uma campanha preservacionista. É essa ação da imprensa – mais especificamente de alguns editoriais, de cartas de leitores e de reportagens publicadas n’*O Globo* nos anos 1970 – que se analisam para que consigamos compreender uma suposta “vitória em prol da moralização com os gastos públicos”, conforme defendia o periódico, mas com os olhos voltados à compreensão da imprensa na formulação de uma dupla postura: a chancela demolidora e a recusa ao desaparecimento da edificação.

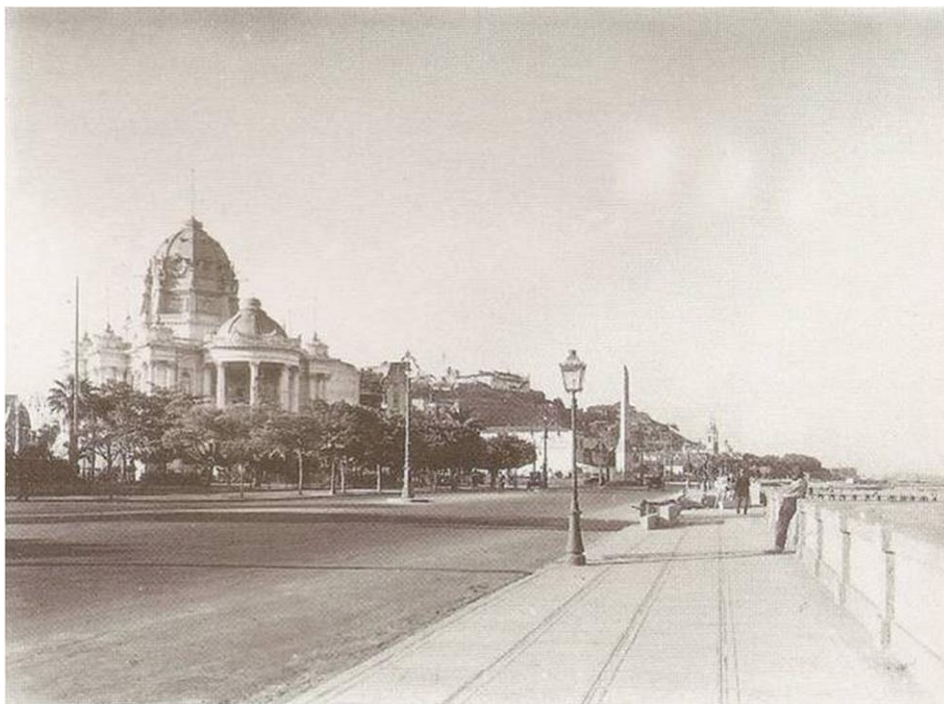


Figura 1  
Avenida Beira-Mar e Palácio Monroe, à esquerda.  
Fonte: Acervo particular

### **Imprensa e (Não) Preservação**

Helôisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto pontuam, com lucidez, um cuidado que os pesquisadores devotados aos estudos históricos devem ter ao incorporar as fontes emanadas da imprensa em seus trabalhos. Dizem as pesquisadoras que

os diversos materiais da imprensa, jornais, revistas, almanaques, panfletos, não existem para que os historiadores e demais cientistas sociais façam pesquisa. Transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico. Trata-se de entender a imprensa como constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e

os movimentos de constituição e instituição que esta relação do social propõe (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p.258).

Pois, bem. Este alerta mostra que embora as fontes “de periodismo” sejam autônomas em suas implicações, são, também, ótimos “termômetros” do ambiente social em que foram publicadas, levando-nos a perceber, além, os condicionantes que deflagraram pautas, argumentos e espaços nas páginas de notícias.

Ao abordar um tema complexo, como a demolição de edifícios, contido dentro do ambiente preservacionista, alguns caminhos são possíveis: primeiramente, compulsar os documentos oficiais exarados pelos órgãos preservacionistas (notificações, dossiês, processos de tombamento, recursos, etc); em segundo plano, a procura por testemunhas orais capazes de evocar e narrar acontecimentos e situações envolventes dos episódios em estudo, e, por fim, mas não menos importante, pesquisar o ambiente retratado pela imprensa a abordar tal temática.

Estudos acerca da patrimonialização têm se despertado, nos últimos anos, para a compreensão da imprensa dentro da seara preservacionista. Podemos listar, por exemplo, o livro que compila os editoriais de Carlos Lemos, publicados na Folha de São Paulo, entre 1972 e 2009 (LEMOS, 2013); a dissertação de mestrado de Felipe Crispim, que trata da patrimonialização da paisagem pelo Condephaat e realiza um diligente estudo das páginas d’O Estado de São Paulo visando prospectar a recepção das políticas de preservação (CRISPIM, 2014); o antológico livro de Marly Rodrigues acerca da história e das ações do CONDEPHAAT (RODRIGUES, 2000). Mesmo assim, ainda é pequena esta relação.

O estudo que estamos desenvolvendo ao abrigo de um Auxílio Regular à Pesquisa FAPESP, denominado “Arquitetura Evanescente”: o desaparecimento de edifícios e a historiografia da Preservação no Brasil, tem nos levado a compreender como a imprensa carioca da década de 1970 envolveu-se com a preservação arquitetônica naquela localidade. Neste artigo, emanado das primeiras ponderações acerca desta temática, apresentaremos o papel do Jornal O Globo, carro-chefe das Organizações Globo, para com o destino do Palácio Monroe.

O Globo foi fundado em 1925, por Irineu Marinho, mas com seu falecimento semanas após a sua primeira veiculação, os negócios recaíram sobre Roberto Marinho, filho mais velho e criador do “império das comunicações” tão conhecido dos brasileiros, ao longo do século XX. O Globo seguiu, em seus primeiros anos, a linha que já havia sido experimentada por Irineu Marinho no jornal A Noite, periódico do qual foi sócio de 1911 até 1925. Como aponta José Murilo de Carvalho, A Noite “foi atrás do leitor comum, adaptou a ele sua linguagem e temática, ampliou a presença de reportagens” (CARVALHO, 2012, p.11). O Globo, contudo, foi se constituindo numa espécie de arauto não mais das classes populares, e, sim, da classe média e também de extratos da elite carioca. A importância d’O Globo foi crescente ao longo das décadas centrais do século XX, chegando se tornar a principal referência em termos de debate político e cultural no Rio de Janeiro. Em específico, a atuação desta mídia durante a década de 1970 carece, ainda, de maiores investigações, mas já podemos notar, mediante a pesquisa realizada, que o jornal gozava de grande prestígio perante o governo militar, bem como das classes de funcionários públicos ainda radicados no Rio de Janeiro, que fazia 15 anos havia perdido a chancela de capital federal.

Não por acaso, em 04 de julho de 1974, o arquiteto e professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, Wladimir Alves de Souza, declarou ao jornal em tela, que “a demolição do Palácio Monroe possibilitaria à cidade ganhar uma área ajardinada, um complemento do Passeio Público, que ele considera[va] muito importante para o Rio” (O GLOBO, 04 de julho de 1974). Esta declaração do conhecido professor carioca, não foi, contudo, evento isolado. An-

tes, deve ser lida como uma das primeiras “socializações” da polêmica até então restrita ao ambiente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Como visto, a campanha pró-demolição do Palácio Monroe teve origem, paradoxalmente, dentro do próprio IPHAN, no documento, parecer-parte do Processo 860-T-72, da lavra de Paulo Santos, que intentava tombar o conjunto arquitetônico remanescente da abertura da Avenida Central, rebatizada, em 1912, como Avenida Rio Branco. Paulo Santos indicava a necessidade de tombamento de conjuntos-testemunho de diversas épocas, incluía a Biblioteca Nacional, o Theatro Municipal, a Câmara dos Vereadores, a antiga sede da Escola Nacional de Belas Artes e alguns outros edifícios remanescentes da área conhecida como Cinelândia, no Rio. O parecer surtiu efeito para além do esperado e, sobretudo, dentro do próprio IPHAN.

A ideia de que o Monroe deveria desaparecer em prol do “desafogo urbano”, lançada por Costa e seguida por diversos membros do Conselho Consultivo do IPHAN, tomou a imprensa, pouco a pouco, sendo a declaração de Alves de Souza a primeira, neste sentido, verificada no *O Globo*, e reproduzindo os mesmos argumentos encontrados no seio do IPHAN.

Entretanto, tal argumentação lançada pelo jornal foi repetidamente trazida nas edições sucessivas. No dia 06 de julho do mesmo ano, o jornal expunha a essência da “campanha” que começaria a defender: “vazio de importância artística e modesto em importância histórica, o melhor destino que se pode dar hoje ao falso Palácio é demoli-lo” (*O Globo*, 06 de julho de 1974). Analisando outras edições do *O Globo*, notam-se outros artigos defensores da demolição. Consultado, um dos historiadores de maior renome no cenário nacional de então, José Honório Rodrigues, declarou que apoiava a ideia de demolição do Monroe, pois o único acontecimento histórico notável, transcorrido ali, “[...] havia sido a III Conferência Pan-Americana”, em 1906 (*O GLOBO*, 10 de julho, 1974).

Conferindo a sessão de Cartas ao Leitor em diversas edições, consegue-se perceber como vai se configurando uma teia de relações ao redor do edifício, mostrando aspectos interessantes da vida urbana carioca. Como exemplos, podemos citar o trecho da carta do Deputado Mario Saladini, do MDB, que expressava uma concepção muito arraigada em parte da população de classe média e alta da cidade: “tombar o quê e por quê? [...] É preciso acabar com essa mania de tombamento de tudo o que é pardieiro da cidade” (*O Globo*, 19 de julho de 1974). Na linha oposta, outro leitor, João Guilherme Clarck, colocava-se em pleno diálogo com a declaração de Wladimir Alves de Souza: “pergunto ao Professor Wladimir Alves de Souza se sabe quantos monumentos e prédios da *Belle Époque* existem tombados e protegidos pelo mundo? [...] Por favor, ao invés de pregar a demolição do Monroe, lute por sua recuperação” (*O Globo*, 19 de julho de 1974). Também na mesma edição, ainda é possível ler as declarações de um incerto P. Santos, que se coloca claramente ciente do discurso enviesado e contrário à permanência do Monroe. Diz Santos que:

“não se pode negar, mesmo não se gostando do prédio, que esse tipo de composição arquitetônica é peculiar à época em que foi construído, sendo, o edifício, portanto, representativo de um período. E também não se pode negar que o funcionamento do Senado no local durante tantos anos – e anos importantes na história do legislativo do país – lhe confere importância histórica” (*O Globo*, 19 de julho de 1974).

Vê-se, então, que a possibilidade de demolir o edifício foi atraindo opiniões de políticos, administradores e do grande público que, curiosamente, se viu envolvido em uma campanha preservacionista. Neste sentido, a arquitetura “ecletica” do Palácio Monroe parece ter ajudado a

criar uma deflagração romântica acerca da cidade do Rio de Janeiro. Muitos leitores passaram a reivindicar a preservação do Palácio, por verem, nele, “lembranças do princípio do século, de época anterior às duas grandes Guerras Mundiais, e às enormes transformações por que o mundo desde então tem passado” (carta de Carmen Carvalho, O Globo, 22 de julho de 1974). Também escreviam leitores que expressavam uma espécie de “retórica da perda”, uma vez que discordavam da demolição do Monroe “por ser representativo de uma época da arquitetura, época da qual restam poucos exemplares em nossa cidade” (carta de Hélio Santos, O Globo, 22 de julho de 1974).

Embora em pleno período militar, a “campanha pró-Monroe” alcançou grande envergadura, sobretudo em jornais concorrentes d’O Globo, como o Jornal do Commercio, segundo declaração de Ubirajara Dettmar, antigo repórter fotográfico do periódico. Neste sentido, é muito interessante perceber que mesmo dentro do poder público, atitudes foram tomadas visando a permanência do edifício. As razões, capazes de serem mobilizadas numa sequência de ofícios arquivados no IPHAN, apontam a carência de espaços para as diversas pastas da União, sobretudo dos Ministérios da Fazenda e da Justiça. Convém mostrar que a efervescência da imprensa acerca da demolição foi o estopim da corrida dos Ministérios em busca da manutenção do Monroe, “repositório de tradições”, conforme palavras de José Alfredo Nunes de Azevedo (AZEVEDO, citado por AGUIAR, 1976, p.208). Valendo-se de informação publicada no Jornal do Brasil, em 29 de abril de 1975, Evandro Gueiros Leite, juiz federal, dirigiu-se ao Ministro Presidente do Conselho da Justiça Federal, Mario Ribeiro, solicitando informações acerca da mudança do Senado, sucursal Rio e, na sequência, requisitando o uso do edifício, uma vez que via nele a possibilidade de sanar problemas de acomodação enfrentados pela Justiça Federal no Rio (AGUIAR, 1976, p.203).

Em 29 de setembro de 1975, José Carlos Soares Freire, secretário geral do Ministério da Fazenda, em ofício endereçado ao Ministro da pasta, opina a favor da cessão do Monroe à Justiça e recomenda que o senhor ministro se dirija ao presidente da República, Ernesto Geisel, para uma solução em definitivo, mas com especial endosso da preservação do Monroe. Em resposta ao ofício encaminhado por Mario Henrique Simonsen, em 01/10/1975, ao presidente Geisel, Golberg do Couto e Silva, ministro chefe do gabinete presidencial, esclarece que cumpria “recomendações do Senhor Presidente da República no sentido da demolição do prédio e consequente transformação da área em logradouro público” (SILVA, citado por AGUIAR, 1976, p.212).

Embora autores diversos apontem para um decreto datado de 11 de outubro de 1975, pelo qual o Presidente Ernesto Geisel (1907-1996) autorizava a demolição do Monroe, pesquisas recentes mostram que este decreto nunca foi, de fato, publicado. Mesmo assim, o ato oficial, advindo da pena do General Golberg do Couto e Silva, que produziu um ofício apenas, surtiu efeito de lei, o que levou o Palácio ao chão entre janeiro e junho de 1976. Hoje, no local, existe um estacionamento de veículos no subsolo e, na superfície, uma área verde, no centro da qual está instalado um chafariz, trazido da antiga praça da Bandeira, por conta da implantação do metrô naquela área. O jornal O Globo comemorou a notícia:

foi, portanto, vitoriosa, uma campanha deste jornal, que há muito se empenhava pelo desaparecimento do monstrego arquitetônico [sic] da Cinelândia [...] Em seu lugar o Rio ganhará mais uma praça. Que essa boa notícia, que coincide como fim das obras de superfície do metrô na Cinelândia, seja mais um estímulo à remodelação de toda essa área, de presença tão marcante na história do Rio de Janeiro” (O GLOBO, 11 de outubro de 1975).



### À Guisa de Fechamento

Sendo a cidade também um universo de pedras, o desaparecimento de edificações mostra que a memória é apenas uma das dimensões do campo do patrimônio, e que, como tal, fenece e não substitui a “experiência” urbana como deflagradora e constituinte da mesma. O desaparecimento de algo eleito pela sociedade como patrimônio provoca perda e desambientação social, conforme o historiador Eric Hobsbawm pontuou (HOBSBAWM, 1996, p. 13). Esta “eleição”, ou em outros termos, essa identificação pela sociedade de arquiteturas do passado, demonstra algo que se deseja ver instaurado nas práticas de preservação: a incorporação da sociedade local na defesa de um bem. Estranho é que no caso que estamos analisando a sociedade se manifestou por meio de abaixo-assinados, e, em especial, pelas colunas de leitores de jornais. Manifestou-se, foi ouvida, mas não teve seu desejo acatado.

Curioso, ainda, é que embora o Jornal condutor da campanha pró-demolição, o Globo, até tenha publicado cartas de leitores contrários ao desaparecimento do Palácio Monroe, apenas os “especialistas” – ressalta-se que estávamos em plena época de vigência dos saberes tecnocráticos – foram ouvidos e tiveram suas opiniões publicadas com destaque no jornal, corroborando a campanha do desafogo urbano e da moralização política, vistos como que aderidos às pedras e tijolos do Monroe como pátina.

Também faz-se importante mostrar que as inúmeras sociedades civis organizadas e os vários órgãos de classe que se manifestaram a favor da permanência do Monroe, como o IAB do Estado da Guanabara, o Clube de Engenharia, a Associação dos Advogados, entre outras, também requisitaram o espaço para a ampliação de suas ações ou mesmo para a instalação de outras, em especial de caráter cultural, como uma possível sede para um Museu e Arquivo do Advogado (JORNAL DO BRASIL, 05 de Setembro de 1975). Mas, mesmo, assim, nem o IPHAN, e nem o governo federal cederam o espaço.

Finalmente, convém apontar que a discussão acerca da compreensão da demolição do Monroe permite afirmar que ela não foi pacífica e, muito menos, ignorada pela sociedade carioca. As cartas de lamento e as polêmicas levantadas perduram até a atualidade, revelando, por um lado, uma compreensão romântica do patrimônio, mas, como outra face da mesma moeda, uma sinalização de que as políticas públicas de preservação podem ser beneficiadas com as escutas atentas que podem vir das ruas, mas também das páginas de jornal.

### Referências Bibliográficas e Fonte

AGUIAR, Louis de Souza. **Palácio Monroe: da glória ao opróbrio**. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. Prefácio. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **Irineu Marinho: imprensa e cidade**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2012.

CRISPIM, Felipe Bueno. **Entre a Geografia e o Patrimônio. Estudos das Ações de Preservação das Paisagens Paulistas pelo CONDEPHAAT (1969-1989)**. Dissertação (Mestrado em História e Historiografia) - Universidade Federal de São Paulo, 2014.

CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo em Papel e Tinta: periodismo e vida urbana, 1890-1915**. São Paulo: EDUSC; Imprensa Oficial; Arquivo do Estado, 2000.





CRUZ, Heloisa de Faria; Maria do Rosário da Cunha Peixoto. Na Oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**. São Paulo, n.35, jul-dez, 2007.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX - 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LEMOS, Carlos. **Da taipa ao concreto – crônicas e ensaios e sobre a memória da arquitetura e do urbanismo**. São Paulo: Editora Três Estrelas, 2013.

MONIER, Gerard. O edifício evento, a história da arquitetura contemporânea e a questão do patrimônio. **Desígnio: revista de história da arquitetura e do urbanismo**. São Paulo: FAUUSP, n. 6, dez, 2006, p.11-18.

PÊSSOA, José (Org.). **Lucio Costa: documentos de trabalho**. Rio de Janeiro: Edições do Patrimônio, 1998.

RODRIGUES, Marly. **Imagens do Passado: a instituição do Patrimônio em São Paulo, 1968-1987**. São Paulo: Editora da UNESP; Condephaat; FAPESP, Imprensa Oficial, 2000.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos Santos. “Problema mal posto, problema repostado”. In: NOBRE, Ana Luiza; KAMITA, João Massao; LEONÍDIO, Otávio; CONDURU, Roberto (Orgs.). **Lucio Costa: um modo de ser moderno**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

SANTOS, Milton. **Espaço & Método**. São Paulo: Nobel, 1992.

#### **Periódicos consultados:**

Folha de S. Paulo

O Globo

Jornal do Brasil

Jornal do Commercio

#### **Fonte:**

IPHAN. Processo 860-T-72.